



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação de serviços, exceto de informática)

Projeto Básico/Termo de Referência - Serviços Nº 3/2023 - SECAO DE SELECAO E ACOMPANHAMENTO DE ESTAGIO

Orientações para elaboração do **Formulário V-02- Termo de Referência** encontram-se disponíveis na Intranet do PJES, em "Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

1-UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio, Coordenadoria de Recursos Humanos, Secretaria de Gestão de Pessoas.

2- OBJETO:

Contratação de seguro coletivo de acidentes pessoais para os estagiários deste Poder Judiciário.

3- OBJETIVO:

Atender o disposto no Artigo 9º, inciso IV, da Lei 11.788/2008, estabelece ao contratante a obrigação de "oferecer em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme estabelecido no termo de compromisso".

4- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Atender o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei 11.788/2008, que estabelece a obrigatoriedade de contratação de seguro contra acidentes pessoais, nos seguintes termos:

“Art. 9º - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

(...) IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.”

5- DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Trata-se de seguro coletivo contra acidentes pessoais para 2.435 (dois mil e quatrocentos e trinta e cinco) estagiários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, com vigência de 12 meses, a partir da emissão da apólice, com cobertura 24 x 7 (24 horas de todos os dias da semana) a partir do dia 13/06/2023.

Capitais segurados:

I - R\$ **24.766,90** (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais) para morte acidental;

II - R\$ **24.766,90** (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais) para invalidez total ou parcial.

6- QUANTIDADE:

Para o presente segue quadro com a distribuição de vagas para estagiários, conforme Resolução nº 13/2016, publicada em 15 de julho de 2016.

Quadro Geral de Vagas de Estágio (QGV)

Tabela 1 - Valores Absolutos

Modalidade	Área de atuação	Total de Vagas	U.J.			U.A.
			1º Grau	2º Grau	Total	
I – Estágio de Graduação	Atividade fim e meio-fim	1.951	1.500	236	1.736	215
	Itinerante	171	171	0	171	0
II – Estágio de Conciliador	-	110	108	2	110	0
III – Estágio de Pós-Graduação (1)	-	203	131	67	198	5
Total		2.435	1.910	305	2.215	220

7- JUSTIFICATIVA PARA A QUANTIDADE SOLICITADA:

A quantidade solicitada se justifica tendo em vista a Resolução nº 07/2016, publicada em 11/05/2016, que Regulamenta o Programa de Estágio Remunerado no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e dá outras providências, e a Resolução nº 13/2016, que estabelecem um quantitativo total de **2.435 (dois mil e quatrocentos e trinta e cinco) vagas de estágio** para o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

8- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não se aplica.

9- METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

Não se aplica.

10 – FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Mensalmente, até décimo quinto dia útil de cada mês, a Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio transmitirá via mensagem eletrônica/e-mail para a seguradora contratada, um arquivo (digital no formato xls) listagem base cheia contendo os dados cadastrais (matrícula, nome completo, data de nascimento, sexo, CPF, data de início de contrato) de todos os estagiários com contratos válidos com o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo do dia 13 do mês anterior até o dia 13 do mês vigente, a fim de que sejam incluídos/mantidos na apólice de seguro coletivo de acidentes pessoais. Ou seja, a partir de tal arquivo mensal é que se saberá quais os estagiários que estarão segurados.

A seguradora, por sua vez, de posse desses dados, deverá fazer remessa mensal, até no máximo dia 30 de cada mês, de lista atualizada dos estagiários que estão segurados, juntamente com fatura e boleto para pagamento mensal do serviço. Tal relação deve ser encaminhada por e-mail.

O pagamento pelo serviço será mensal. A regra de pagamento do TJES é por "ordem bancária", mas pode de ser feito por boleto bancário.

A nota de empenho é emitida em nome da empresa licitante vencedora do certame com o valor total estimado para a contratação. Constam na referida nota: os dados do contratante (TJES), da contratada, CNPJ, dotação orçamentária, valor total estimado da contratação e vem assinada pela Secretaria de Finanças e pelo ordenador de despesa do TJES. A nota de empenho tem força de contrato e assegura à contratada que o valor ali estipulado se encontra reservado em seu nome para o pagamento. Esta nota poderá ser retirada por um representante legal, bem como também poderá ter sua imagem transmitida através de email para atendimento ao prazo estabelecido.

Será aceito pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo prazo de até 30 dias para o pagamento do sinistro.

Obs.: Em caso de sinistro para estagiário que tiver termo de compromisso de estágio assinado/processado no intervalo entre uma transmissão/remessa e outra de listagem base cheia de segurados, os documentos de seu processo de estágio servirão para embasamento de pedido de pagamento de sinistro.

Após a contratação do seguro, o início da vigência do termo de compromisso de estágio será comunicado à Seguradora oportunamente pela Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio, através de mensagem encaminhada por e-mail.

11 – DEVERES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

A contratada deverá encaminhar para a Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio, anualmente, a apólice individual de seguro para cada segurado, ou documento equivalente; bem como apresentar as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas no ato da assinatura do termo contratual, bem como mantê-las atualizadas durante toda a sua execução.

Também deverá prestar o serviço referente ao objeto contratado pelo valor final constante da Ata de Sessão Pública. No valor apresentado, vale dizer, devem estar incluídas nos valores propostos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, impostos,

licenças, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de fornecimento do serviço.

12- FORMA DE PAGAMENTO:

Os valores mensais a serem pagos serão de acordo com a quantidade de vidas a serem seguradas, conforme listagem base cheia a ser encaminhada mensalmente à seguradora. O teto máximo de vidas a serem cobertas é de 2.435 (duas mil e quatrocentas e trinta e cinco) vidas, com cobertura de 24 horas todos os dias da semana (24 horas/7 dias).

O pagamento para a contratada será efetuado por meio de ordem bancária em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil após o registro de recebimento da apólice (ou documento equivalente), da fatura e de boleto para pagamento na Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

O valor contratado poderá ser reajustado decorrido um ano da proposta apresentada no procedimento licitatório, e, caso haja interesse das partes na prorrogação do contrato, e, assim, a cada período de um ano contado da data do último reajuste, a requerimento da contratada, utilizando-se como base a variação do IPCA no período.

Caso ocorra o reajustamento do valor do contrato, os limites de capitais segurados, conforme disposto neste termo de referência, também poderão ser reajustados pelo IPCA no período.

13- GARANTIA CONTRATUAL:

Não se aplica.

14- GARANTIA DO OBJETO:

Não se aplica.

15- PENALIDADES:

15.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2 – O descumprimento do prazo para a assinatura do contrato, ou a recusa em assiná-lo, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado.

15.3 - O licitante que descumprir as obrigações estipuladas no Termo de Referência e neste Edital, ficará sujeito às seguintes sanções: a) Pela inexecução total ou parcial do objeto, o licitante vencedor sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto inexecutado b) As penalidades acima não excluem as previstas no art. 7º da Lei 10.520, de 18/07/2002;

15.4 – O prazo para emissão da Apólice admite prorrogação nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

15.5 – A solicitação de adiamento do prazo de prestação do serviço deverá ser sempre por escrito, fundamentada e instruída com documentos que comprovem as alegações, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não percebidos da competente prorrogação.

15.6 - A aplicação das multas previstas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

15.7 - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.

15.8 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

15.9 - Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

16- RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

Não se aplica.

17- PROCEDIMENTO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A execução contratual obedecerá ao disposto do Manual de Gestão de Contratos Administrativos.

18- DESCREVER O PROJETO PREVISTO NA LOA:

Ação: Valorização e Desenvolvimento Social de Recursos Humanos.

- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69.

- Projeto: Contratação de seguro coletivo contra acidentes pessoais para estagiários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

19- INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO:

- Gestor titular indicado: Gabrielle Neves Telles

- Gestor substituto indicado: Alessandra da Silva Batista Bissoli

Assinam este documento, o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência, sua chefia imediata e o Secretário da Unidade.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLE NEVES TELLES, ANALISTA JUD 01 QS AGENTE JUDICIARIO**, em 14/03/2023, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CINTIA SIMOES VAREJAO, SECRETARIO DA SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS**, em 14/03/2023, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EUFANIA APARECIDA FRANCK, COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS**, em 15/03/2023, às 21:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1528563** e o código CRC **C91577E8**.